



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 1 de 3

ANEXO VII

Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

Eu, _____ portador do documento de identidade número _____, expedido pelo (a) _____, em ____/____/____, CPF _____, contratado pela empresa _____, CNPJ _____, comprometo-me a:

- Guardar a privacidade e o sigilo das informações disponíveis nos sistemas de informação que tenho acesso;
- Utilizar as informações que tenho acesso somente nas atividades que me compete exercer, não podendo transferi-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito;
- Guardar o sigilo e a privacidade dos códigos de usuário e senhas, pessoais e intransferíveis, dos sistemas informatizados que tiver acesso, sendo responsável pelo uso indevido das informações disponíveis, sujeito às normas legais.

Tenho ciência que incorro nos crimes descritos no Código Penal Brasileiro, sem prejuízo das sanções cíveis e administrativas, pelo uso ou divulgações indevidas das informações que tiver acesso, equiparando-me à servidor público nas sanções aplicáveis:

***Art. 153** Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:*

Pena - detenção, de 1 a 6 meses, ou multa.

§ 1º-A.- Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em Lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública:

Pena – detenção de 1(um) a 4(quatro) anos e multa.

***Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deva constituir, ou nele inserir, fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deva ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*

Pena - Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena da sexta parte.

Art. 313-A *Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou banco de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano:*

Pena – reclusão de 2(dois) a 12(doze) anos e multa.

Art. 313-B. *Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informação ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente:*

Pena – detenção de 3(três) meses a 2(dois) anos e multa.

Parágrafo único: As penas são aumentadas de um terço até a metade se a modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.

Art. 325 - *Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:*

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º - *Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistema de informações ou banco de dados da Administração Pública, II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.*

§ 2º - *Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:*

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 327 – *Considera-se funcionário público para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.*

§ 1º - *Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para execução de atividade típica da Administração Pública.*



CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 3 de 3

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste capítulo, forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Declaro, sob as penas da lei:

- QUE as informações neste ato apresentadas são verdadeiras;
- QUE compreendendo o que estabelece os Art.s 153, 299, 313-A, 313-B, 325 e 327 do Código Penal Brasileiro e a legislação aplicada ao assunto;
- QUE aquiesço com todas as responsabilidades inerentes ao uso das informações, bem como as implicações legais decorrentes do uso indevido das mesmas, seja qual for a circunstância;
- QUE tenho ciência de que todos os acessos a dados, informações e sistemas informatizados porventura concedidos, o serão em caráter personalíssimo, intransferível e sujeito ao monitoramento e controle por parte da Administração.

Aracaju/SE, ____ de _____ de 20XX

Nome completo

CPF:

RG:

Cargo